

PAINEL VIRTUAL DO GPAP: outra administração é possível.

20 de dezembro de 2021

ADMINISTRAÇÃO E ESTUDOS ORGANIZACIONAIS NO BRASIL: autonomia, convivência ou dependência?

José Henrique de Faria

Quando o Professor Ariston fez o convite para este painel, ele sugeriu que eu tratasse a questão posta a partir do Grupo de Pesquisa EPPEO. Por isso, minha orientação se encontra ancorada na Ontologia e Epistemologia Crítica do Concreto. No título do painel está a afirmação de que outra administração é possível e a questão proposta para esta reflexão é estabelecer as relações entre a Administração e os Estudos Organizacionais no Brasil, tendo por eixo a indagação sobre se estas relações evidenciam autonomia, convivência ou dependência.

Meu argumento, embora esta seja uma questão muito complexa para ser debatida em tempo tão curto, é de que esta é, de uma perspectiva da materialidade do objeto, uma falsa questão. Vou tentar fundamentar este argumento. Por que é uma falsa questão?

Porque é uma questão posta pela lógica da abstração formal, na medida em que seus dois termos principais (Administração e Organização) entram na problematização em suas formas arbitrárias, como substância.

Administração e Organização têm sido concebidas aristotelicamente, como substância, ou seja, como aquilo que é permanente nas coisas, como o suporte pelo qual a matéria se constitui em algo de acordo com uma forma. Administração e Organização se referem, assim, aos universais abstraídos que, a partir exatamente desta abstração são classificados em tipos, formas e espécies. Com isso, o concreto deixa de ser matéria constitutiva, de maneira que a substância (Administração e Organização) ocupa o lugar sujeito e suas formas ocupam o lugar do predicado.

Qual é o mistério? Para se chegar à substância tomam-se os elementos reais, em suas formas singulares, para idealmente unir tais elementos em uma

substância universal. A substância é uma abstração. Sendo ela o resultado do pensamento, não pode ser a origem concreta das suas formas reais.

O problema que está colocado é exatamente este: depois de criar a substância voltamos à sua origem concreta como sendo esta origem o resultado da substância. Passamos das partes ao todo, damos ao todo o caráter de substância e depois conferimos a este todo abstrato a origem das partes. A metafísica idealista parte das maçãs, das peras, uvas, abacates, para criar a ideia abstrata de fruta e depois pretende explicar as frutas reais a partir da ideia da fruta em si, da substância, da essência eterna, do arquétipo da fruta. Neste caminho comete a ousadia de perguntar ao tomate se ele é fruta ou legume.

É neste sentido que se pretende tratar a Administração real a partir da ideia da Administração em si em suas formas ou classificações, como, por exemplo, como área do saber, como tipologia específica e funcional, como administração pública ou de empresas, como administração participativa, administração de pessoas, administração financeira, e ainda como atividade profissional ou de gestão.

Em todas estas concepções prevalece não o objeto, mas a ideia sobre o objeto, ou seja, não a práxis social e histórica que constitui o objeto, mas a forma imediata abstraída do objeto; não a apropriação da atividade na produção das condições materiais de existência social, mas o exercício axiologicamente neutro e a-histórico da atividade que somente pode ser afirmado a partir da substância universal.

Nesse mesmo sentido, se encontra a concepção de Organização, que como substância tem alcançado um estatuto de entidade. A Organização. A Organização não como unidade produtiva de mercadorias e serviços, como expressão objetivada da produção material de existência social, mas como um ente que se encontra acima das dimensões do espaço e do tempo. A Organização como uma entidade mística, cuja constituição é a-histórica e não humana. A partir da substância, a Organização é classificada como modelo estruturado por regras (organização formal) ou por relações de convivência (organização informal), como organismo, como empresa, como associação, etc., ou seja, não como forma social coletiva produzida materialmente, mas como uma dada estrutura ou sistema que existe independentemente dos modos de produção social. A Organização, enfim, como substância.

Portanto, primeiro se toma as coisas como elas são em suas singularidades e particularidades reais. A partir destas coisas concretas se cria uma coisa abstrata universal. No caso, as coisas universais são a Administração e a Organização. Em seguida, atribuímos a estas coisas universais a origem das coisas concretas (tipos, formas, atividades, funções, etc.).

Esta é a concepção é dominante, quase unânime, na academia. É neste sentido que os Estudos Organizacionais partem da coisa abstrata (a Organização) em busca de um objeto concreto que idealmente lhe corresponda: um caso, uma empresa, uma fábrica, uma situação, um fenômeno, uma atividade. A partir do estudo dos casos particulares, se pretende voltar à abstração inicial para reassegurar seu caráter místico.

O que ocorre é que Administração e Organização, quando são tomadas como uma abstração, ou seja, como coisa em si esvaziada de materialidade, colocam o pesquisador não em confronto com o concreto, mas com as ideias, de maneira que esse pesquisador acredita que ao confrontar as ideias ele confrontará a realidade que elas mascaram. Este é um ledô engano.

Qual é a magia que o espírito cria aqui?

Quando o pesquisador idealista opera sobre realidades (fábricas, associações, partidos, órgãos públicos), ele forma, nele mesmo, uma ideia geral de "Organização". Seguindo adiante, esse pesquisador imagina que a ideia abstrata "Organização", deduzida dos tipos formais (fábricas, associações, etc.) é algo que existe fora dele e que constitui a essência verdadeira das fábricas, dos partidos, dos órgãos públicos, etc.. Ao fazer isso ele declara que a "Organização" é a substância das fábricas, dos partidos, das associações, etc. O que era predicado se torna sujeito. Para esse pesquisador, o que há de essencial na fábrica, no partido, não é o ser fábrica ou ser partido, não é seu valor real, perceptível aos sentidos, mas a essência de sua representação: a "Organização". Fábrica, órgão público, partido, etc., acabam sendo para estes pesquisadores, formas de existência da Organização. Ou seja, Tipos ou Modos de Organização.

Uma vez concluído, esse entendimento, o pesquisador distingue a fábrica do órgão público, o partido da associação, a loja da cooperativa. Mais do que isso, ele também distingue a Administração da Organização.

Ora, para os estudos organizacionais idealistas, cada um desses modos (ou tipos) é uma forma diferente de uma mesma coisa: que é a “Organização”. Assim, a “Organização” se torna uma entidade. A Organização planeja, a Organização produz, a Organização define estratégia, a Organização atua, fala, pensa, programa, contrata, demite, etc.

Quando o pesquisador considera que os tipos particulares, apesar de suas singularidades reais, são formas aparentes, cuja essência verdadeira é a substância “Organização”, ele não alcança a riqueza das determinações. Ele não investiga o processo histórico real, mas sua forma conceito.

O pesquisador idealista separa a unidade produtiva das atividades que a constituem, separa os diferentes modos de trabalho e de trabalhadores (operários, supervisores, gestores, técnicos, etc.) e separa, também, a Organização como unidade produtiva social da Administração como atividade prática social, com suas contradições, seus movimentos, sua dialética.

Daí que, após ter feito das diferentes formas reais uma abstração, chamada de Organização, o que faz a especulação? A especulação retorna às formas particulares e suas singularidades (hospital público, escola particular, fábrica recuperada, empreendimento de economia solidária, cooperativa de crédito, etc.). Ou seja, a especulação retorna aos tipos profanos reais de diferentes espécies. Então, depois de, a partir do mundo real, ter engendrado estas categorias do “mistério” (a Organização e a Administração), o pesquisador cria o mundo real a partir dessas categorias. A realidade é substituída pelo conceito, pelas classificações, pelos tipos puros.

Entretanto, não há como passar de uma abstração para seu contrário real a menos que se renuncie à abstração. O que ocorre é que sobra para o pesquisador idealista renunciar à abstração para que ele possa se dedicar a uma sua forma singular (fábrica recuperada, hospital, gestão participativa, gestão cooperada, gestão autoritária, etc.). Mas tal renúncia é especulativa, porque apenas em aparência ela ocorre.

Se a fábrica, o partido, o hospital, etc., constituem a substância “Organização”, cabe perguntar: como esse pesquisador lida com o fato de tal “Organização” ser definida ora como fábrica, ora como cooperativa, ora como banco, ora como escola, ora como órgão público? Qual a origem da diversidade dessa unidade chamada Organização? Como o pesquisador lida com o fato de

a Administração ser concebida ora como atividade, ora como saber, ora como profissão, ora como procedimento, ora como gestão, ora como conjunto normativo? Qual a origem da diversidade da unidade chamada de Administração?

A resposta é que a origem dessas diversidades é a razão especulativa, em que as diferentes formas de organização e administração são cristalizações da própria “Organização” e da “Administração” como substância, como abstrações universais. A “Organização” e a “Administração” adquirem uma existência própria mística, ensejando a existência de tipos, formas e manifestações que acabam por servir para o pesquisador como modo de entendimento da própria substância que ele abstratamente criou.

A pesquisa sobre cada tipo cria uma totalidade abstrata, uma substância que existe apenas na imaginação. Assim, cada forma de organização e administração é uma encarnação da substância “Organização” e “Administração”, é um modo de ser da substância que se apresenta como abstração. Com isto, da substância abstrata da “Organização” e da “Administração” são extraídas apenas formas abstratas de organização e de administração.

A especulação põe o pesquisador diante de esquemas, modelos e paradigmas que dividem abstratamente a realidade em partes, classificam a matéria em escalas e quadrantes, em formas e hierarquias, para depois questionar como estas partes arbitrariamente separadas se relacionam entre si no mundo concreto.

Historicamente, em toda unidade produtiva, das formas mais simples às mais complexas, existe, como elemento constitutivo de sua estrutura material, a administração como uma atividade própria da produção das condições materiais de existência social, como prática social. Não a administração em sua concepção abstrata ou funcional, mas como práxis social coletiva, como prática concreta de trabalho associado, de trabalho cooperado, enfim, de trabalho coletivo. A ideologia de classe transformou a concepção de administração em uma atividade hierárquica de exercício exclusivo de uma elite de gestores a serviço do capital, sonogando-a aos trabalhadores. Transformou a administração em tipos e formas de gestão, poder e controle.

Portanto, ao separar e classificar a realidade em áreas abstratas, em disciplinas como administração, sociologia, psicologia, engenharia, entre outras, divide-se os estudos por elas realizados em tipos como, por exemplo, estudos clínicos, estudos organizacionais. Depois se pergunta se essas coisas que estão separadas abstratamente se relacionam realmente entre si.

Quando se separa o objeto para fins propedêuticos, para representar suas conexões internas; quando se faz uso de categorias de análise para explicar a forma constitutiva deste objeto, não é cabível, depois, partir da classificação ou das categorias abstratas criadas para questionar a existência ou não de relações concretas entre elas. Em outras palavras, primeiro, se juntam as formas concretas em uma substância universal. Em seguida, se fragmenta a substância em pedaços correspondentes ao real para representá-la; depois, se questiona se estes pedaços separados abstratamente se relacionam ou não e como se relacionam.

Por obra da atividade do pensamento se junta os objetos reais em uma substância universal; se divide o objeto em partes a partir da substância e posteriormente se questiona as partes divididas idealmente perguntando a elas se elas se relacionam. Pergunta-se para realidade que separada idealmente não só se ela existe como separação, mas como ela estabelece relações entre os elementos que foram abstratamente separados.

É neste sentido, aqui bastante sintetizado, que defendo a posição de que a questão sobre se Administração e Estudos Organizacionais têm ou não relações de convivência, de dependência ou se são entidades autônomas é, ontológica e epistemologicamente, uma falsa questão, que só pode ser formulada misticamente. Desta forma, a afirmação de que outra administração é possível só faz sentido em sua formulação abstrata, ou seja, só faz sentido porque já se encontra atribuída à forma administração uma concepção ideológica.